

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 507/XII/2.^a

RECOMENDA AO GOVERNO PORTUGUÊS UM QUADRO DE OBJETIVOS PARA A NEGOCIAÇÃO DAS PERSPETIVAS FINANCEIRAS 2014-2020

O Conselho Europeu reúne nos próximos dias 22 e 23 de novembro. Nessa reunião, os governos dos Estados membros tentarão chegar a um acordo sobre a estrutura do orçamento e os tetos dos créditos para o quadro financeiro plurianual 2014-2020.

Os orçamentos europeus para 2013 e para 2014-2020 encontram-se numa situação de bloqueio por responsabilidade do Conselho Europeu que pretende reduções consideráveis em relação aos períodos anteriores. A opção do Conselho é a de sacrificar, nos próximos sete anos, as políticas de coesão em nome da austeridade que tem delapidado a economia europeia e a transformou no espaço económico menos dinâmico do planeta. É neste cenário que os governos europeus vão reunir e decidir.

O Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, afirmou que este quadro plurianual deverá sofrer um corte de 80 mil milhões de euros em relação ao período anterior e em relação à proposta da Comissão, já de si recuada. O executivo europeu pretende um orçamento de 975.777 milhões de euros em autorizações de créditos e de 925.576 milhões em autorizações de pagamento.

O Conselho quer impor já, e de forma inaceitável, o “pacto orçamental” apesar deste pacto ainda não ter sido adotado e estar ainda dependente dos processos de ratificação. A sua aplicação permitiria à Comissão Europeia suspender os fundos estruturais aos Estados membros que não cumpram este autêntico pacto da austeridade. Assim, Estados

membros teriam que manter o seu défice estrutural em 0,5% ou 1% caso o seu nível de dívida se situe, respetivamente, acima ou abaixo de 60%, sacrificando assim a economia e os povos.

A proposta mantém e, em muitos casos, acentua o que já tinha de negativo para as populações europeias, nomeadamente as discrepâncias sociais e económicas entre os Estados membros, a expansão das parcerias público-privadas, a condicionalidade macroeconómica e os programas securitários. A redução das verbas para as políticas de coesão e integração significa renunciar ao único instrumento capaz de gerar crescimento e criar emprego através de políticas inovadoras de investimento público produtivo.

Nos programas de apoio aos países em vias de desenvolvimento o corte proposto é de quase 8 mil milhões de euros. A falta de solidariedade estende-se à relação da Europa com o Mundo.

Na reunião de junho passado, o Conselho anunciou como conclusão da cimeira um Pacto para o Crescimento e Emprego, que seria dotado de 120 milhões de euros. Tal fundo nunca foi orçamentado e nunca viu a luz do dia.

Quando já são visíveis os efeitos recessivos da austeridade assimétrica que tem sido a imagem de marca dos conselhos europeus desde janeiro de 2010, estagnando a economia europeia em geral e colocando em recessão mais ou menos profunda toda a periferia da zona euro, a diminuição abrupta das verbas para a coesão regional põe em causa a Europa como espaço político de solidariedade e conduzirá a um reforço acentuado de uma Europa a duas, ou mesmo três, velocidades.

O fanatismo dos cortes não se fica pelos fundos de coesão. Os programas de investigação e desenvolvimento (Horizonte2020), o Erasmus, a educação ao longo da vida poderão vir a sofrer cortes significativos. A redução de verbas para estes programas contraria toda a propaganda do governo e das instituições europeias sobre a importância estratégica da investigação e desenvolvimento e compromete o futuro da Europa.

Ao mesmo tempo que a Comissão e o Conselho falam de uma Europa com maior integração política e de um superestado europeu, as suas propostas orçamentais traduzem-se em mais austeridade e menos solidariedade, em suma, menos Europa.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que na próxima reunião do Conselho Europeu de 22 e 23 de novembro:

1. Proponha um aumento do orçamento da União Europeia, no mínimo, para os tetos máximos previstos pelo Tratado de Lisboa para o período 2014-2020; ou seja que defenda um orçamento europeu de, no mínimo, 1,29% para autorizações de crédito e de 1,23% em pagamentos (valores em relação ao PIB europeu);
2. Insista na aprovação e implementação da taxa sobre as transações financeiras por todos os Estados membros;
3. Garanta que os Estados membros alvo de intervenção não são prejudicados em relação a outros Estados membros no acesso aos fundos europeus
4. Apoie a majoração de 10% nos projetos e programas europeus para os países em dificuldades financeiras, designadamente nas políticas estruturais e de coesão e rejeite firmemente todas as medidas de macro condicionalidade económica, nomeadamente as que possam ter reflexos no acesso aos fundos e programas europeus;
5. Defenda que as despesas com a investigação e inovação devam passar de 1,9% para 3% do PIB europeu;
6. Defenda um reforço dos fundos de coesão em pelo menos 3%, sendo que 25% destes deveriam ir para FSE (Fundo Social Europeu) e apoiar uma dotação adequada para o fundo de auxílio europeu às pessoas mais carenciadas;
7. Defenda que o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização seja dotado de uma linha de financiamento com as verbas adequadas de forma a poder cumprir o seu objetivo de assistência imediata aos despedimentos coletivos;
8. Defenda a manutenção do financiamento da Política Agrícola Comum (PAC) pelo menos ao nível do orçamento de 2012.
9. Que, em caso de impasse nas negociações face às pretensões de Portugal, o governo português só decida após votação da Assembleia da República.

Assembleia da República, 21 de novembro de 2012.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,